



Nuno Costa Santos

Crónicas do Corpo Santo

Informar com Exigência e Sem Medo

Há cerca de 30 anos, passava horas demoradas em Rabo de Peixe, enquanto os meus amigos surfistas desafiavam ondas. O meu combate era outro: o da leitura de romances e ensaios filosóficos em cima do basalto. Ou lá em cima, junto à igreja. Assisti a alguma decadência local, algures entre a pobreza, o alcoolismo, a promiscuidade e o abuso. Mas, sempre o soube, Rabo de Peixe nunca foi só lugar de problemas. Também tinha e tem a sua chama. Em vários departamentos humanos, culturais, desportivos. O Rabo de Peixe subiu, na época 2020/2021, ao Campeonato de Portugal, feito conseguido por um conjunto de jogadores que, com esforço, combinam a sua actividade profissional com a desportiva. Existe a Escola de Música de Rabo de Peixe, projecto jazzístico, experimental, comunitário. Com cerca de 70 crianças e jovens. É em Rabo de Peixe que mora o Cineteatro Miramar, excelente equipamento do Teatro Micaelense, onde já pude trabalhar com uma série de comparsas do teatro. Guardo, desde 1997, em lugar privilegiado na estante, o livro “Gente de Rabo de Peixe”, de Manuel Estrela, emigrante nos EUA. Aí se encontram muitas pessoas que se afirmaram em múltiplos ramos, da advocacia ao cinema, passando pela música e pela indústria. Há, sim, vastas questões por resolver em Rabo de Peixe. Mas é também pela valorização das conquistas verdadeiras, autênticas, meritórias, que se pode promover mais mudanças. Novas conquistas.

Na semana passada nomeei e citei um dos livros que tenho aqui, em cima da secretária: “A História da Imprensa e a Imprensa na História: o Contributo dos Açores”, coordenado por Carlos Cordeiro e Susana Serpa Silva. Hoje tiro do montinho precioso “Os Açores e os Novos Média”, de Osvaldo Cabral. Desde que o li pareceu-me uma importante e generosa reflexão sobre o que se passa na comunicação social açoriana. Digo generosa porque se destina a todos os que fazem parte do sector.

Osvaldo, na página 23, fazendo comparações com vários casos nacionais e internacionais, sublinha sem hesitações a obrigatoriedade

de digitalização e acrescenta a necessidade de apontar a públicos tão distantes como próximos: “A sobrevivência vai estar associada às novas tecnologias e a fragmentação dos públicos vai obrigar os média açorianos a procurarem novos mercados, nomeadamente junto da diáspora”. Nos Açores como em toda parte, o uso das novas tecnologias é decisivo, claro, para as novas gerações, pouco frequentadoras de quiosques. Há, nestas paragens, bons exemplos internéticos: em 2018, ano da publicação do livro, o blogue Graciosa online tinha 40 mil visualizações mensais, constituindo um dos blogues mais visitados do grupo RTP.

Osvaldo Cabral faz questão de separar digitalizar de mercantilizar. A internet informativa deve servir, entre outras coisas, para mitigar a distância açoriana. Assim se explica que o seu uso seja superior nos Açores em relação ao que se passa no resto do país. Nada disto se relaciona também com, para usar a expressão do autor, o “jornalismo googlês”, em que o jornalista não sai da redacção, preferindo a wikipédia à vidapédia.

De facto, recuperando o pensamento, os emigrantes representam uma generosa fatia de possíveis destinatários da informação – e, em geral, da cultura – que se produz e circula nos Açores. Noto-o: comparamos cada vez mais nos comentários das redes sociais. Mas, segundo o director do jornal onde alinho esta crónica, devia ir-se mais longe. Sempre com o distanciamento que os jornalistas devem ter em relação aos ímpetus das plataformas informais. A boa informação – nunca é demais lembrá-lo – precisa de mediadores. “Toda a informação precisa de mediador, que seja isento e leve ao leitor, telespectador ou ouvinte, todos os lados da perspectiva do acontecimento, mesmo que haja necessidade de contraditório”.

Os jornais e a televisão pública pedem um bom debate, de modo a que, nestes territórios essenciais à democracia, exista não só sobrevivência como progresso. O novo ciclo político poderá incentivar o movimento de ajudar a pensar. E fazer. No que toca à RTP Açores é altura, já o defendi nestas páginas, de retirar a Lisboa a responsabi-

lidade de, na íntegra, a financiar. O jornalista e autor do ensaio defende uma reformulação do financiamento, passando este pela transferência directa das indemnizações compensatórias do Estado para a gestão do canal açoriano, pelas receitas da taxa do audiovisual cobradas nos Açores e pela, ideia já reforçada nesta coluna, comparticipação da região inscrita no Orçamento Regional e aprovada no Parlamento. Além disso, torna-se urgente a criação de uma estrutura dedicada à área comercial, captadora de publicidade. Só assim se permitirá que a programação se junte na qualidade à informação.

Outros gestos podem e devem ser tidos. Escreve: “É incompreensível que não exista uma base de dados documental e histórica da nossa imprensa”. Seria, é óbvio, de imensa utilidade para a actividade jornalística da região. E para os investigadores de várias áreas académicas. Dado o nosso histórico jornalístico (na última metade do século XIX houve mais de 500 jornais no arquipélago), é, igualmente, relevante para a nossa identidade – e útil também – criar-se um Museu da Imprensa Açoriana.

Já Carlos Cordeiro, no livro com que iniciei esta prosa, sugere o dado. Osvaldo Cabral carimba-o e bem: matar a imprensa açoriana é matar a história dos Açores “porque, como alguém já alertou, a partir da primeira metade do século XIX, a História dos Açores é, em boa parte, a história dos seus jornais”. E a história dos jornais fez-se, como recordei na semana passada, da defesa de causas. E quem defende causas sujeita-se à polémica. Chegamos ao assunto do medo, merecedor de um capítulo de “Os Açores e os Novos Média”, sentimento que muitos jornalistas sentirão em ilhas onde todos – ou muitos – se conhecem.

“Não ter medo é o primeiro factor para se manter um jornalismo de qualidade e credibilidade”. Claro que haverá menos medo se a classe política dirigente não se melindrar com críticas negativas nos jornais e não “obrigar” a militâncias informais, por todo o lado, no partido do poder. Boleiro deu um bom sinal contra essa tentação no discurso inicial de mandato. Que a palavra seja cumprida.

Jornada de abertura do ano pastoral coincide com momento formativo do Clero

O ano pastoral na diocese de Angra, que começa este ano formalmente no próximo domingo, primeiro do Advento coincidindo assim com o início do novo ano litúrgico, prosseguirá a caminhada sinodal pelo segundo ano.

Inspirados pelo mote do ano passado, “A Beleza de Caminhos juntos em Cristo”, o Vigário Episcopal para a Formação, padre Jorge Ferreira e o próprio bispo diocesano, D. João Lavrador, vão orientar três momentos formativos do Clero, que funcionarão já como a habitual recolheção de Advento, a iniciar-se amanhã, para os sacerdotes da vigaria do ocidente, que integra as ilhas do Pico, Faial, Flores e

Corvo. Além deste encontro haverá ainda mais dois encontros, também através das plataformas digitais, com o clero da vigaria do Centro, dia 30 de Dezembro e no dia 2 de Dezembro, com o clero da vigaria nascente.

“O lema que inspirou o ano passado, e vai continuar a inspirar nos próximos anos exige da parte dos sacerdotes, enquanto pastores e principais responsáveis pela vida pastoral das comunidades cristãs, a renovação permanente e a sintonia com a evangelização”, refere o bispo numa carta enviada a todos os presbíteros, citada pelo portal Igreja Açores. “Neste primeiro encontro do ano, iremos aprofundar

a reflexão conciliar sobre “A formação cristã numa Igreja de rosto sinodal” e “A igreja evangelizadora interpelada pelos sinais dos tempos”, refere ainda a carta que explicita que o primeiro tema será apresentado pelo padre Jorge Ferreira e o segundo pelo próprio bispo diocesano. Os encontros decorrem durante todo o dia.

Para sinalizar a abertura do novo ano pastoral, o bispo escreveu uma mensagem na qual pede que se “interpele os jovens para uma participação activa na caminhada sinodal” diocesana.

“Marcaremos, em cada paróquia ou Ouidoria, o primeiro Domingo do Advento [29 de Novembro] com uma acção



tipicamente juvenil que junte o início do ano pastoral, a caminhada sinodal e as JMJ Lisboa/2023”, indica D. João Lavrador.